



## Senado deve votar imposto sobre herança até o recesso

June de Araújo/Agência Senado



Renan, em entrevista, anuncia a instalação da Comissão do Pacto Federativo, que será presidida por Fernando Bezerra

Proposta sobre licitações de obras também está na pauta prioritária, anunciada por Renan, que ainda divulgou a nova composição das comissões especiais

Foi anunciada ontem a lista de propostas que têm prioridade de votação pelo Senado até o recesso parlamentar, que começa em 18 de julho. Segundo o presidente da Casa, Renan Calheiros, são nove propostas, como o reajuste das alíquotas dos impostos incidentes sobre doações e heranças. O texto estipula alíquota de até 27,5%, conforme o valor do bem, sendo que os de até R\$ 3 milhões serão isentos. A estimativa é gerar de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões de receita. Outro projeto em pauta atualiza a Lei de Li-

citações. De acordo com Renan, a modernização da lei está ligada à criação de uma subcomissão que tratará das cerca de 30 mil obras inacabadas no país. Ainda antes do recesso, devem ser votadas, entre outras proposições, o anteprojeto de uma norma sobre abuso de autoridade, a regulamentação da exploração de jogos de azar e a fixação de um limite global para a dívida da União. Renan também anunciou ontem a composição das Comissões da Agenda Brasil, do Pacto Federativo e de Regulamentação da Constituição. **3**

### Falta consenso sobre eleição do procurador-geral, revela debate

Representantes das carreiras do Ministério Público debateram o projeto que torna lei a escolha do procurador-geral da República por meio

de lista tríplice eleita pelos profissionais. Eles disseram que ainda negociam uma forma de garantir representatividade a todos os segmentos. **4**

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Relator da proposta, Randolfe (3º à dir.) ouve Giovanni Rattacaso no debate



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Senadora Ana Amélia (C) preside reunião de ontem da Comissão de Educação

### Grupo de trabalho proporá novas regras para concursos públicos

A Comissão de Educação deverá criar um grupo de trabalho para ajudar a elaborar a proposta da Lei Geral dos Concursos, que objetiva tornar

as seleções para o setor público mais transparentes. Farão parte do grupo senadores, deputados e representantes de entidades como a OAB. **8**

### Renan pede aprovação de reforma política **8**

### Em Porto Alegre, senadores discutem ciência e inovação **6**

### Congresso instalará comissões para estudar cinco MPs **2**

### Audiência abordará segurança de fiscais do Trabalho **8**

### Comissão aprova nomes de 3 novos embaixadores

As oportunidades na relação bilateral com três países foram apontadas pelos novos embaixadores aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores. Appio Claudio Munia Acquarone

Filho focalizou os negócios com minério de ferro no Gabão. Antonio José Vallim Guerreiro e Márcio Florêncio Nunes Cambraia vão para Bélgica e República Tcheca, respectivamente. **7**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Sabatina conduzida por Aloysio (2º à esq), na Comissão de Relações Exteriores, aprova indicados para três embaixadas

### Desapropriação de terras em MG é alvo de denúncias

Produtores rurais do município mineiro de Manga denunciaram ontem, em audiência no Senado, supostas irregularidades na desapropriação e concessão, pelo Incra, de terras destinadas a quilombolas. Segundo eles, moradores estariam se autodeclarando descendentes de quilombolas com o interesse de receber terras produtivas. **6**

### Dilma poderá se defender na quarta no Senado

Está marcada para quarta-feira a reunião da Comissão Especial do Impeachment em que a presidente da República afastada, Dilma Rousseff, poderá se defender da acusação de ter cometido crimes de responsabilidade. Caso não compareça, a presidente poderá ser representada por seu advogado, o ex-ministro José Eduardo Cardozo. **5**

# Cinco comissões de MPs serão instaladas na terça

Verbas para segurança nos Jogos Olímpicos, dívidas de crédito rural, extinção de cargos em comissão no Executivo, imóveis da União e benefícios a concessionárias de energia do Norte são os temas das medidas

AS COMISSÕES MISTAS encarregadas de analisar as cinco medidas provisórias (MPs) mais recentes editadas pelo presidente interino Michel Temer devem ser instaladas na terça-feira.

Após a instalação, serão eleitos os presidentes e vice-presidentes de cada uma das comissões. Serão também indicados os relatores e relatores-revisores.

Na fila de análise pelo Congresso, está a MP 734/2016, que libera R\$ 2,9 bilhões ao Rio de Janeiro para auxiliar o estado nas despesas com a segurança pública durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Em seguida, vem a MP 733/2016, que autoriza a liquidação e a renegociação

de dívidas de crédito rural contraídas até 2011 por produtores do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, com desconto de até 95% para os débitos de até R\$ 15 mil.

A MP 731/2016 extingue cargos em comissão do grupo de direção e assessoramento superior (DAS) para a criação de funções comissionadas do Poder Executivo.

A quarta MP, a 732/2016, limitou a 10,54% o reajuste do foro e de taxa de ocupação de imóveis da União para 2016. O valor equivale ao IGP-M, índice de inflação medido pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado em 2015. O reajuste máximo incidirá sobre as plantas de valores genéricos, que determinam o valor do

metro quadrado do terreno.

A última das cinco propostas é a MP 735/2016, que regula pontos da MP 706/2015 vetados pelo presidente interino, restringindo os benefícios que seriam dados às concessionárias do Grupo Eletrobras localizadas na Região Norte.

Agora o governo está limitando a R\$ 3,5 bilhões o valor do aporte que a União poderá fazer à estatal até 2017 para cobrir gastos com combustível feitos pelas distribuidoras. Na MP vetada, o valor previsto chegava a R\$ 10 bilhões. Na nova medida, os repasses estão sujeitos à disponibilidade orçamentária e financeira.

As reuniões de instalação estavam marcadas para a última quarta-feira, mas foram adiadas por falta de quorum.

## Pedro Chaves quer medidas para proteger o Pantanal

O Pantanal está ameaçado pela expansão rápida e desordenada da agricultura e da pecuária, segundo Pedro Chaves (PSC-MS). O senador pediu à Comissão do Meio Ambiente (CMA) uma audiência pública sobre o tema. Ele disse que a alta carga de defensivos agrícolas utilizada nessas atividades contamina as nascentes dos rios da região.

— Os rios também são afetados pelo mercúrio utilizado na exploração de diamante e ouro na região de planície. E a remoção da vegetação nativa dos planaltos para plantio de lavouras e pastagens exóticas tem acelerado os processos erosivos e a desertificação.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Dário Berger lamenta burocracia para obter licença de pesca

O Dia do Pescador, comemorado na quarta-feira, foi lembrado por Dário Berger (PMDB-SC), que lamentou a burocracia que dificulta o exercício da atividade.

O senador disse ter sido necessária decisão da Justiça Federal para que houvesse a liberação da pesca industrial da tainha em Santa Catarina. Não fosse isso, informou, o estado não teria nenhum barco industrial na pesca da tainha em 2016, apesar de as requisições de licença ao governo federal terem sido efetuadas dentro do prazo.

Dário registrou ainda a passagem, ontem, do Dia do Caminhoneiro.



Waldemir Boreto/Agência Senado

## Comissão de Direitos Humanos promove debate sobre o SUS

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove na terça-feira, às 9h, audiência pública sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Foram convidados o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Leonardo Steiner; o bispo da diocese de Campos, dom Roberto Paz; o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ro-

nald Ferreira; o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Carlos Ocke; o secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz, Carlos Alves Moura; e a representante do Sistema Único de Assistência Social, Leda Castro, entre outros.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

## Programa da TV Senado discute projeto sobre finanças públicas

O programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, trata do projeto da qualidade fiscal, que propõe uma nova lei de finanças públicas. O PLS 229/2009 estabelece um novo modelo de elaboração de orçamentos e normas gerais

para o controle dos gastos dos governos. O consultor de Orçamento da Câmara Hélio Tollini comenta o projeto.

TV Senado  
Agenda Econômica  
Domingo, às 13h e às 23h



Benedito de Lira (sentado à direita) anuncia que presidentes, vices e relatores serão escolhidos na próxima semana

## Sancionada com vetos lei sobre dengue e zika

A medida que autoriza o ingresso forçado de agentes de combate a endemias em imóveis abandonados para combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor do vírus da zika, da dengue e da febre chicungunha, foi sancionada com vetos parciais pelo presidente interino, Michel Temer, como a Lei 13.301/2016.

O texto do projeto de lei de conversão (PLV 9/2016), resultante da MP 712/2016 e aprovado pelo Senado no dia 31 de maio, foi publicado no Diário Oficial da União de terça-feira.

— Essa matéria dará ao poder público a condição de realizar o enfrentamento dessa grave situação de saúde pública no Brasil — afirmou o senador Paulo Bauer (PSDB-SC), que presidiu a comissão mista que analisou a medida.

Para entrar no imóvel abandonado, o agente de saúde poderá contar com o apoio de

policiais ou da guarda municipal sempre que necessário e terá de fazer um relatório detalhado das medidas sanitárias adotadas para o controle dos focos de reprodução do mosquito.

O ingresso forçado deverá ser realizado preservando-se a integridade do imóvel e também poderá ocorrer sempre que se verificar a existência de outras doenças com potencial de proliferação ou de disseminação que apresentem grave risco ou ameaça à saúde pública, condicionado à Declaração de Emergência em Saúde Pública.

O texto inclui na legislação sanitária nova multa de 10% na faixa de R\$ 2 mil a R\$ 75 mil no caso de reincidência em manter focos do mosquito no imóvel por descumprimento da recomendação das autoridades sanitárias.

A MP concede ainda um benefício de prestação con-

tinuada, por até três anos, à criança vítima de microcefalia em decorrência de sequelas neurológicas por doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Foi vetado o parágrafo que condicionava a concessão do benefício à “miserabilidade do grupo familiar”.

O presidente Temer vetou, por sugestão do Ministério do Planejamento, todos os dispositivos do projeto que concedem benefícios e incentivos tributários, como a isenção de alguns impostos na produção de repelentes, inseticidas, telas e mosquiteiros.

Apesar de manter a criação do Programa Nacional de Apoio ao Combate às Doenças Transmitidas pelo *Aedes* (Pro-naedes), o presidente interino também vetou os dispositivos que previam incentivos fiscais capazes de financiar projetos. O argumento é que a isenção de tributos se trata de iniciativa privativa do Executivo.

**AGENDA** A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão de discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

### CCT Pesquisa no Rio Grande do Sul

14h A comissão discute, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a realidade da pesquisa e da inovação no estado.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)



Renan Calheiros, em entrevista coletiva, anuncia a agenda de votações até 15 de julho, a nova composição da Comissão da Agenda Brasil e a instalação de colegiados sobre pacto federativo e consolidação de leis

# Imposto sobre herança é prioridade na pauta

Lista de propostas a serem votadas no Senado até o recesso, em julho, foi apresentada ontem e inclui mudanças na Lei de Licitações e regulamentação dos jogos de azar

A LISTA DE projetos prioritários a serem votados pelo Senado até o recesso parlamentar, que se inicia em 18 de julho, foi anunciada ontem pelo presidente da Casa, Renan Calheiros. São nove propostas, entre elas, o reajuste das alíquotas dos impostos incidentes sobre doações e heranças (PEC 96/2015), a atualização da Lei de Licitações (PLS 559/2013) e a regulamentação da exploração de jogos de azar (PLS 186/2014).

A PEC sobre doações e heranças é relatada por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que admitiu tratar-se de um tema polêmico e sobre o qual não há acordo. O senador explicou que a proposta é uma alternativa ao Imposto sobre Grandes Fortunas. O texto estipula alíquota de até 27,5%, conforme o valor do bem. Segundo ele, a iniciativa deve gerar de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões de receita extra para a União.

— Até R\$ 3 milhões serão isentos. Hoje há incidência de 8% cobrados pelos estados. Essa nova alíquota será cobrada pela União com faixas crescentes de taxaço, chegando a 27,5%, assim como o Imposto de Renda — explicou.

Renan disse que a moderni-

zação da atual legislação sobre licitações públicas é urgente e importante e está diretamente ligada à criação de uma subcomissão que tratará das obras inacabadas no país.

— Por ser anacrônica, essa lei tem colaborado com o grande cemitério de obras inacabadas existentes hoje no país. Algo em torno de 30 mil, entre pequenas, médias e grandes. Só de restos a pagar temos R\$ 250 bilhões — afirmou.

## Obras inacabadas

O presidente do Senado informou que na próxima terça-feira parlamentares se reunirão com o presidente interino Michel Temer para sugerir que ele peça aos governadores e aos ministros as listas com todas as obras que recebem recursos federais iniciadas e não finalizadas e as respectivas prioridades.

O relator também é Bezerra. Ele informou que a norma será voltada para valorizar o bom projeto executivo da obra e vai prever a criação de um seguro para garantir a conclusão dos trabalhos.

Renan pretende que seja votado também antes do recesso o anteprojeto de uma norma sobre abuso de autoridade. Ele disse que se trata de uma cobrança antiga do Supremo

Tribunal Federal (STF), juntamente com a regulamentação do mandado de injunção.

## Delação premiada

Segundo o presidente do Senado, a prioridade para o anteprojeto não tem relação com a Operação Lava Jato.

— Ninguém vai interferir na Lava Jato. A operação está andando e já tem muita gente presa. Essa investigação e outras mostram um momento de afirmação das instituições no país. Além disso, a sociedade

quer que essas coisas se esclareçam — disse.

Renan afirmou que não vai tomar a iniciativa de mudar a Lei de Delação Premiada, embora considere que há pontos da norma que precisam ser melhorados.

— O Brasil precisa pegar a experiência de outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, se houver vazamento de informações, a delação é totalmente anulada — analisou.

Ele admitiu que alguns projetos são polêmicos e que não

conduzirão a um consenso. Ainda sim, disse que está confiante na votação.

Renan também considerou que o Senado deve ser a solução da crise política e econômica no Brasil.

— Vamos ter tempo para isso e vamos tocar os projetos, ainda que controversos. Na volta do recesso, no segundo semestre, deliberaremos sobre a autonomia do Banco Central, a regulamentação da terceirização e a atualização do Código Penal — previu.

## AGENDA BRASIL

### Comissões especiais do Senado têm nova composição

Durante a entrevista coletiva, Renan Calheiros, anunciou a nova composição da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, responsável pela votação dos projetos da Agenda Brasil (conjunto de medidas propostas pela Presidência da Casa com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico no país).

A alteração dos nomes dos integrantes da comissão foi necessária porque apenas dois de seus 21 integrantes antigos não faziam parte também da Comissão Especial do Impeachment, o que vinha prejudicando o andamento normal de seus trabalhos.

O presidente do Senado também anunciou a nova composição de outras duas comissões especiais da Casa: a Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo e a Comissão Especial de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição.

#### Desenvolvimento Nacional

- Otto Alencar (PSD-BA, presidente da comissão)
- Acir Gurgacz (PDT-RO)
- Armando Monteiro (PTB-PE)
- Cidinho Santos (PR-MT)
- Dalirio Beber (PSDB-SC)
- Eduardo Lopes (PRB-RJ)
- Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
- Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
- Gleisi Hoffmann (PT-PR)
- Kátia Abreu (PMDB-TO)
- Lindbergh Farias (PT-RJ)
- Paulo Bauer (PSDB-SC)
- Paulo Rocha (PT-PA)
- Pedro Chaves (PSC-MS)
- Roberto Muniz (PP-BA)
- Roberto Rocha (PSB-MA)
- Simone Tebet (PMDB-MS)
- Tasso Jereissati (PSDB-CE)
- Valdir Raupp (PMDB-RO)
- Waldemir Moka (PMDB-MS)
- Wilder Morais (PP-GO)

#### Pacto Federativo

- Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE, presidente da comissão)
- Antonio Anastasia (PSDB-MG, relator-geral)
- Ana Amélia (PP-RS)
- Cristovam Buarque (PPS-DF)
- Eduardo Amorim (PSC-SE)
- Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
- José Anibal (PSDB-SP)
- Lindbergh Farias (PT-RJ)
- Lúcia Vânia (PSB-GO)
- Omar Aziz (PSD-AM)
- Paulo Paim (PT-RS)
- Pedro Chaves (PSC-MS)
- Ronaldo Caiado (DEM-GO)
- Valdir Raupp (PMDB-RO)
- Waldemir Moka (PMDB-MS)

#### Regulamentação da Constituição

- Romero Jucá (PMDB-RR, presidente da comissão)
- Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
- Ana Amélia (PP-RS)
- Antonio Anastasia (PSDB-MG)
- Jorge Viana (PT-AC)
- Randolfe Rodrigues (Rede-AP)
- Simone Tebet (PMDB-MS)

### Prioridades até o recesso de julho

- ▶ **PEC 46/2013** Disciplina a instituição de **consórcio público de saúde**
- ▶ **PEC 30/2014** Fixa limite para **despesas dos Legislativos e Tribunais de Contas estaduais**
- ▶ **PEC 96/2015** Reajusta as alíquotas dos **impostos incidentes sobre doações e heranças**
- ▶ **PLS 559/2013** Atualiza a **Lei de Licitações** (Lei 8.666/1993)
- ▶ **PLS 186/2014** Regulamenta a **exploração de jogos de azar**
- ▶ **PLS 51/2015 e 13/2015** Trata do **abastecimento de água** por fontes alternativas
- ▶ **SCD 4/2016** Estimula investimentos em **saneamento**, com créditos de PIS-Cofins
- ▶ **PRS 84/2007** Dispõe sobre o limite global da **dívida da União**
- ▶ Anteprojeto do **abuso de autoridade** (proposta sugerida no 2º Pacto Republicano, em 2009)

Representantes das carreiras do Ministério Público participaram ontem de audiência na Comissão de Constituição e Justiça e não chegaram a consenso sobre lista tríplice

# Eleição de procurador-geral divide opiniões

**TEMPO PARA REFLEXÃO.** Foi isso o que pediram representantes das diversas carreiras que compõem o Ministério Público da União (MPU) e dos estados em audiência pública feita ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O objetivo foi debater a proposta de emenda à Constituição de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que constitucionaliza a exigência de nomeação do procurador-geral da República a partir de uma lista tríplice de membros do Ministério Público Federal (MPF). A proposta (PEC 47/2013) já tem parecer favorável do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

A Constituição estabelece a acumulação da chefia do MPU e do MPF pelo procurador-geral da República, que tem sido escolhido informalmente pelo presidente da República, desde 2003, a partir de uma lista tríplice resultante de eleição interna entre os integrantes do MPF. Apesar de apenas essa carreira participar da escolha, o procurador-geral da República responde pelo comando de três outras instituições que compõem o MPU: o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

## Duração ideal

Os participantes se mostraram convencidos de que esse arranjo constitucional precisa ser modificado, mas ainda estão negociando, entre si, uma opção de consenso



Dirigida por Randolfe (C), audiência reuniu representantes do Ministério Público, que querem mais tempo para debater proposta que altera a Constituição

que contemple a demanda por representatividade de cada segmento do MPU. Embora tenham elogiado a PEC 47/2013, algumas carreiras avaliam como mais adequada a indicação apenas do candidato mais votado ao cargo. Há incertezas sobre a duração ideal do mandato: os atuais dois anos, permitida a recondução; quatro anos corridos; ou até três anos.

— Não tenho dúvidas de que há uma disfuncionalidade no MPU como configurado na Constituição. O MPU tem uma hipertrofia ou confusão com o MPF que deve ser desconstruída — reconheceu o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti.

O presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

(AMPDFT), Elísio Teixeira Lima Neto, vê como um problema a “figura dúplice” do chefe da PGR, que, ao contrário dos procuradores-gerais do MPT, MPM e MPDFT, não se responsabiliza apenas pelas atividades ligadas ao MPF.

— Precisamos de tempo, paciência e cuidado para equacionar as questões relacionadas com a configuração que se tem hoje.

## Parâmetros

Enquanto não se chega a uma proposta de consenso com as entidades, os parâmetros para negociação continuam sendo a PEC 47/2013 e o parecer de Randolfe, que faz mudanças no texto original. A intenção primeira de Cássio era abrir a possibilidade de membros das outras carreiras do MPU participarem da escolha dos indicados para

a lista tríplice ao cargo de procurador-geral da República. Por outro lado, mantinha o atual mandato de dois anos, permitindo a recondução.

A emenda do relator fez três alterações na PEC. Inicialmente, manteve a praxe de restringir o processo de escolha dos indicados para a lista tríplice aos membros do MPF. Além disso, fixou mandato de quatro anos e proibiu a recondução ao cargo.

A convergência entre a emenda de Randolfe e a proposta de Cássio se resume ao fato de os participantes da lista continuarem sendo escolhidos entre os integrantes da carreira de procurador da República, que compõem o MPF.

Cássio concordou que “esse debate aprofundado é que vai resultar no avanço que a sociedade deseja”. Já Randolfe acredita ser essencial preser-

var a relevância conferida pela Constituição ao Ministério Público, “a mais republicana das instituições brasileiras”.

A audiência sobre a PEC 47/2013 também teve a participação do presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Giovanni Rattacasso; da presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti; do presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), Lauro Machado Nogueira; do presidente da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), Felipe Locke Cavalcanti; e do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa.

## Lasier destaca trabalho eficiente e apartidário da Polícia Federal

Lasier Martins (PDT-RS) disse ontem que a Polícia Federal tem sido exemplar no atendimento aos anseios da população. Ele elogiou, em particular, o fato de o órgão não servir a nenhum partido político, mas, sim, ao Estado brasileiro.

E o exemplo mais famoso que, segundo o senador, já virou patrimônio nacional, é a Operação Lava Jato, cuja primeira fase se deu em março de 2014. Por fim, foi desvendado um enorme esquema de corrupção, que atuou, sobretudo, na Petrobras.

— À medida que as investigações avançaram, foi possível verificar que uma gigantesca teia criminosa havia se instalado pelos recantos do Estado e de estatais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Gurgacz: corrupção impede o país de se desenvolver

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que a corrupção é um “câncer” que consome o dinheiro do povo e impede o desenvolvimento do país. Ele ressaltou que o contribuinte brasileiro paga uma das mais altas cargas de impostos do mundo, mas a corrupção tem gerado rombos astronômicos nas contas do país. O senador afirmou que o povo está cada vez mais indignado com tantos escândalos.

— Nós não temos dinheiro para infraestrutura, nós não temos dinheiro para educação, nos faltam recursos para a saúde. E onde é que está esse dinheiro? Agora está aparecendo. Onde se mexe tem um rombo e não são rombos pequenos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Ana Amélia compara gestões de Dilma Rousseff e Michel Temer

Ana Amélia (PP-RS) rebateu ontem as críticas de Lindbergh Farias (PT-RJ) a Michel Temer. Para ela, a forma como o colega, que é líder da Minoria no Senado, avalia o governo interino dá a entender que o Brasil era um paraíso e que, após o afastamento de Dilma, tornou-se um inferno.

Mas a situação não é exatamente essa, advertiu, ao lembrar que o PT é responsável pela nomeação de pessoas incapacitadas para gerenciar os fundos de pensão de estatais. Em 2015, segundo a senadora, houve um rombo de R\$ 46 bilhões.

— E sabe sobre quem vai pesar o prejuízo? É o trabalhador da Petrobras, dos Correios, do Banco do Brasil, da Caixa que vai desembolsar mais dinheiro para que não tenha prejuízo na aposentadoria.

## Executivo adota medidas que aumentam gastos públicos, diz Vanessa

Em Plenário, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que é uma incoerência que a presidente afastada Dilma Rousseff tenha sido considerada irresponsável por ter gastado demais — e estar sofrendo um processo de impeachment por isso — quando o presidente interino Michel Temer dá apoio a medidas que representam aumento de gastos públicos.

A senadora se referiu ao reajuste de servidores e do Bolsa Família e à repactuação das dívidas estaduais, que vai chegar a R\$ 50 bilhões.

— Quando votamos contra o impeachment, é porque sabemos que estão tomando o poder para aplicar um projeto de concentração de renda, que tira direitos dos trabalhadores.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

## Medeiros afirma que vai rebater “mentiras” contra o governo

José Medeiros (PSD-MT) anunciou ontem que vai se pronunciar “com frequência” da tribuna para rebater o que considera mentiras contra o governo interino.

Uma delas, segundo ele, é que Michel Temer seria o responsável pelos atuais maus índices da economia. Além disso, para Medeiros, são falsas as informações de que o presidente interino pretende acabar com programas sociais, como o Bolsa Família.

— É um discurso que quer repartir o país. É direita, é esquerda, é pobre, é rico. A pessoa que está desempregada e passando fome pouco quer saber de direita e esquerda. Marx ou Engels. David Ricardo ou Adam Smith. Ela não quer saber nada disso.



Jefferson Rudy/Agência Senado



O relator da Comissão do Impeachment, Antonio Anastasia, e o presidente, Raimundo Lira: colegiado iniciou trabalhos há pouco mais de dois meses

# Dilma Rousseff poderá apresentar defesa no Senado na quarta-feira

Lei permite que a presidente afastada compareça à Comissão Especial do Impeachment ou seja representada por advogados

O DEPOIMENTO DA presidente afastada Dilma Rousseff na Comissão Especial do Impeachment, no Senado, está marcado para quarta-feira, às 11h. Caso Dilma prefira não falar aos senadores, a lei permite que ela seja representada por advogados. A defesa da presidente afastada é feita pelo ex-ministro José Eduardo Cardozo.

O processo de impeachment no Senado é dividido em três fases: admissibilidade, instrução processual e julgamento. A segunda fase, que inclui os depoimentos das testemunhas, foi encerrada na quarta-feira. Foram ouvidas 44 testemunhas — 38 indicadas pela defesa, 2 apontadas pela acusação e 4 solicitadas pelos senadores.

Os depoimentos visam à produção de provas, de forma a permitir aos senadores — que são os juízes do processo — concluir se Dilma praticou crime de responsabilidade e, por consequência, perderá o mandato.

Essa etapa foi iniciada na comissão em 25 de maio, duas semanas após a denúncia ter sido admitida pelo Plenário do Senado, instaurando o processo de impeachment. Desde o início da fase processual, a comissão fez 20 reuniões, das quais 14 foram dedicadas aos depoimentos, chegando a quase 100 horas de audiências com testemunhas.

Além dos depoimentos, os senadores analisam documentos requeridos a diversos órgãos e laudos de perícia sobre decretos de créditos suplementares de 2015 e repasses do Plano Safra — objetos da denúncia que gerou o pedido de impeachment.

## Perícia

Na terça-feira, o laudo pericial sobre os termos da denúncia, elaborado por uma junta de três consultores do Senado, e os laudos feitos por peritos da acusação e da defesa serão discutidos na comissão especial.

Os peritos serão ouvidos separadamente, sendo o primeiro o coordenador da junta pericial do Senado, João Henrique Pederiva, seguido por Selene Péres Nunes (da acusação) e Rodrigo Octávio Orair (da defesa).

Na quinta-feira começará a contagem do prazo de 20 dias para as alegações

finais, sendo 5 dias solicitados pela acusação e 15 dias, pela defesa. Depois disso, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) terá 5 dias para elaborar seu relatório.

Conforme o cronograma aprovado na comissão, o relatório deverá ser lido em 2 de agosto, discutido no dia seguinte e votado pela Comissão Especial do Impeachment no dia 4. Com essa votação, estarão concluídos os trabalhos do colegiado.

O parecer aprovado na comissão, sobre a procedência ou não da acusação contra Dilma Rousseff, será então enviado para leitura, discussão e votação no Plenário.

Se o Senado entender que não procede a acusação, o processo será arquivado. Se considerar a acusação procedente, Dilma será notificada da decisão e terá início a fase de julgamento, que ocorre integralmente no Plenário. Os senadores decidirão no Plenário se a presidente voltará ao Planalto ou perderá definitivamente o mandato.

## “Calor das emoções”

Desde que foi instalada, em 26 de abril, no início da fase de admissibilidade, a Comissão Especial do Impeachment é presidida pelo senador

Raimundo Lira (PMDB-PB) e tem Antonio Anastasia como relator.

Ao longo desses dois meses, Lira tem reafirmado determinação em buscar o equilíbrio na condução dos trabalhos:

— Muitas vezes, o calor das emoções ultrapassa os limites e temos que entender que esses momentos acalorados fazem parte da importância histórica do momento, que é o impeachment da presidente da República.

Na etapa de admissibilidade da denúncia, a comissão fez nove reuniões, uma delas para ouvir os advogados Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal, autores da denúncia contra Dilma. Os senadores também ouviram três especialistas indicados pela acusação, que detalharam aspectos da denúncia.

Pela defesa, falaram os então ministros Nelson Barbosa (Fazenda), Kátia Abreu (Agricultura) e José Eduardo Cardozo (Advocacia-Geral da União). Também foram ouvidos três especialistas indicados pela defesa.

O relatório de Anastasia, pela admissibilidade da denúncia, foi aprovado na comissão em 6 de maio, com 15 votos favoráveis e 5 contrários. Em 12 de maio, o relatório foi aprovado no Plenário, o que levou ao afastamento de Dilma da Presidência da República até a conclusão do processo.



Jefferson Rudy/Agência Senado - 28/4/2016



Edilson Rodrigues/Agência Senado - 22/4/2016

Senadores ouviram Janaina Paschoal, pela acusação, e José Eduardo Cardozo, pela defesa de Dilma

## Testemunhas ouvidas

Na segunda das três fases do processo, os senadores da Comissão Especial do Impeachment ouviram 44 testemunhas

- 8/JUN
  - Julio Marcelo de Oliveira (procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União) ■ Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho (auditor do TCU) ■ Adriano Pereira de Paula (coordenador-geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional) ■ Otávio Ladeira de Medeiros (secretário-adjunto do Tesouro Nacional)
- 13/JUN
  - Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra (secretário de Controle Externo do TCU) ■ Leonardo Rodrigues Albernaz (secretário de Macroavaliação Governamental do TCU)
- 14/JUN
  - Gilson Alceu Bittencourt (ex-secretário de Planejamento Estratégico do Ministério do Planejamento) ■ André Nassar (ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura)
- 15/JUN
  - Cilair Rodrigues de Abreu (ex-secretário-adjunto da Secretaria de Orçamento Federal) ■ José Geraldo França Diniz (subsecretário de Orçamento e Administração do Ministério da Previdência Social) ■ Walter Baere de Araújo Filho (consultor jurídico do Ministério do Planejamento)
- 16/JUN
  - Luiz Claudio Costa (ex-secretário-executivo do Ministério da Educação) ■ Wagner Vilas Boas (ex-secretário-executivo-adjunto do Ministério da Educação) ■ Lara Ferreira Pinheiro (subsecretária de Planejamento e Orçamento do MEC) ■ Clayton Luiz Montes (diretor do Departamento de Programas Econômicos da Secretaria do Orçamento Federal)
- 17/JUN
  - Nelson Barbosa (ex-ministro do Planejamento) ■ José Henrique Paim Fernandes (ex-ministro da Educação) ■ Zarak de Oliveira Ferreira (diretor de Programas de Infraestrutura da Secretaria de Orçamento Federal) ■ Antônio José Chatack Carmelo (analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento) ■ Georgimar Martiniano de Sousa (analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Orçamento Federal)
- 20/JUN
  - Ivo da Motta Azevedo Corrêa (ex-subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil) ■ Renato Janine Ribeiro (ex-ministro da Educação) ■ Felipe Daruich Neto (diretor do Departamento de Programas Sociais da Secretaria do Orçamento Federal) ■ Bruno Moretti (ex-secretário-executivo-adjunto da Casa Civil)
- 21/JUN
  - Pepe Vargas (deputado federal e ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos) ■ Miriam Belchior (ex-ministra do Planejamento) ■ Orlando Magalhães da Cunha (ex-subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Justiça) ■ Marcelo Minghelli (coordenador de Orçamento e Finanças do Ministério da Justiça)
- 22/JUN
  - Robson Azevedo Rung (analista de Planejamento e Orçamento e coordenador-geral de Tecnologia e Informação da Secretaria do Orçamento Federal) ■ Luiz Antonio de Souza Cordeiro (secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa) ■ Luciano Carlos de Almeida (representante da Justiça do Trabalho)
- 23/JUN
  - Anderson Lozi da Rocha (subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) ■ Esther Dweck (ex-secretária de Orçamento Federal)
- 24/JUN
  - Francisco José Pontes Ibiapina (ex-secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego) ■ Marcos de Oliveira Ferreira (diretor de Programas Especiais da Secretaria de Orçamento Federal)
- 27/JUN
  - Patrus Ananias (ex-ministro do Desenvolvimento Agrário)
- 28/JUN
  - Maria Fernanda Ramos Coelho (ex-secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário) ■ Aldo Rebelo (ex-ministro da Defesa) ■ Luís Inácio Lucena Adams (ex-advogado-geral da União)
- 29/JUN
  - Antonio Carlos Stangherlin Rebelo (responsável técnico no Conselho Nacional de Justiça pela análise de créditos suplementares)
  - João Luiz Guadagnin (ex-diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário) ■ Marcel Mascarenhas dos Santos (procurador do Banco Central)
  - Fernando Rocha (chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central)
  - Paulo José dos Reis Souza (analista de Finanças e Controle e subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional)

# Produtores apontam fraudes em quilombos

Moradores de cidade mineira teriam sido aliciados para se autodeclararem descendentes de quilombolas e conseguirem terras, dizem produtores rurais

PRODUTORES RURAIS DE Manga (MG) apontaram ontem, em audiência pública da Comissão de Agricultura (CRA), uma possível conduta ideológica do governo na concessão, na desapropriação de terras e na demarcação de territórios quilombolas no município.

Eles afirmaram que os pequenos agricultores da região foram induzidos a se dizerem descendentes de quilombolas, após o decreto de 2003 que permitia a concessão de terras aos autodeclarados. Promessas de regularização de posses e benefícios, como asfaltamento e energia elétrica, foram usados, disseram, pelo prefeito à época para atrair declarantes.

Segundo os moradores do município, documentos bicentenários provam que Manga não era região de quilombo.

— Não há nenhum registro anterior a 2005 de existência de quilombos em Manga —



Após ouvir Magalhães e Ribeiro, Ana Amélia quer reunião com Incra e Ministério do Desenvolvimento Social, ausentes ontem

afirmou Mauricio Magalhães, produtor rural e ex-vereador.

Os debatedores relataram que as terras mais produtivas estão sendo destinadas aos quilombolas, em detrimento dos produtores rurais:

— Os líderes que estão reivindicando [as terras] estão escolhendo as que eles querem. A gente entende que é um movimento ideológico — disse José Cecyvaldo Ribeiro, do Sindicato dos Produtores Rurais de Manga.

Ele reclamou que a situação atrapalha quem quer produzir:

— Porque hoje as pessoas querem colocar uma irrigação e não colocam com medo de os quilombolas tomarem depois. E eles estão falando que vão tomar. Então, criou aquele pavor no município — disse o produtor rural.

Segundo ele, após entenderem o que é ser quilombola — terra e produção coletiva, por exemplo — muitos tentaram recuar da declaração. Por isso, os líderes do movimento passaram a recrutar até mesmo pessoas em outros estados para, assim, não se enfraquecerem.

Magalhães avalia que, caso a ação se consolide, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) terá que desapropriar até mesmo pessoas que já foram assentadas pelo próprio instituto.

Segundo ele, o conflito afeta o município com a desvalorização de propriedades e uma crescente instabilidade. Será uma briga de “pobre contra pobre”, disse, uma vez que a região tem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e depende dos repasses

do governo federal.

Apesar de terem sido convidados para o debate, representantes do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário não compareceram. Por isso, nova audiência pública será agendada, informou a presidente do colegiado, Ana Amélia (PR-RS). Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que situações semelhantes estão ocorrendo por todo o país.

— Agora esperamos que haja melhor bom senso em relação a essa matéria, que os laudos possam ser avaliados com mais consistência, e não por formatação ideológica.

## Orçamento

Os parlamentares também leram o relatório de emendas da CRA ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. O relator substituto, Ronaldo Caiado, acatou parte das emendas apresentadas e destinou recursos para três metas: fomento ao setor agropecuário, promoção e fortalecimento da agricultura familiar e ampliação, modernização e revitalização das unidades da Embrapa.

## Comissão debaterá pesquisa e inovação no Rio Grande do Sul

A realidade da pesquisa e da inovação no Rio Grande do Sul será debatida hoje em audiência interativa da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O debate será na Assembleia Legislativa do estado, em Porto Alegre, e deve reunir 16 especialistas de universidades e institutos de pesquisa, além de representantes das indústrias e secretarias estaduais.

O encontro, que será mediado por Lasier Martins (PDT-RS), presidente da CCT, integra o ciclo de debates sobre os grandes desafios da ciência e inovação relacionados ao desenvolvimento sustentável. O objetivo é estabelecer mecanismos de comunicação qualificada com a sociedade, em parceria com instituições acadêmicas, organizações

governamentais e entidades de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico em diversas cidades do país, iniciando por Porto Alegre.

Foram convidados os reitores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Carlos Alexandre Netto; da Universidade Federal de Santa Maria, Paulo Afonso Burmann; e da Universidade de Passo Fundo, José Carlos Carles de Souza. Devem participar também, entre outros, os secretários de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Fábio Branco, e de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Pelotas, Fernando Estima.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Texto estimula cultivo integrado de peixe e vegetal

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) deve analisar, na terça-feira, projeto que incentiva a aquaponia, um sistema de produção de peixes integrado ao de vegetais, de forma que haja benefícios para ambos.

Pela proposta (PLS 162/2015), o produtor que adotar a aquaponia terá prioridade na concessão e na renovação de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, além de incentivos fiscais, na forma da lei. O produtor será fornecedor preferencial da produção aquícola e agrícola dentro do Programa de Aquisição de Alimentos do governo. Além disso, terá acesso a crédito rural com juros diferenciados.

O princípio da aquaponia é que os peixes criados com ração geram dejetos que são

aproveitados pelas plantas cultivadas sem solo, no sistema normalmente chamado de hidropônico. O substrato das plantas funciona como filtro biológico, transformando a matéria orgânica em sais que são absorvidos pelos vegetais, e a água retorna ao viveiro de peixes com qualidade para ser reaproveitada.

## Sustentabilidade

Segundo o autor do projeto, Benedito de Lira (PP-AL), os sistemas aquapônicos são mais fáceis de operar do que os hidropônicos, porque requerem menos monitoramento e, geralmente, têm maior margem de segurança para proporcionar água de boa qualidade. O autor acrescenta que o Brasil necessita de estímulos a sistemas de produção sustentáveis, sobretudo os

aplicáveis à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais, como é o caso da aquaponia.

Ao reciclar os nutrientes dos peixes para as plantas, a aquaponia contribui para a produção de alimentos com menor impacto ao meio ambiente, já que pode abdicar de fertilizantes. Segundo Benedito, esse sistema permite um uso mais racional da água, por conta do reaproveitamento, apresenta maior produtividade em relação aos sistemas tradicionais e pode oferecer produtos mais naturais ao consumidor.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), é favorável à proposta, que tramita em caráter terminativo na CMA. O senador apresentou três emendas, sendo duas para “aperfeiçoamento” do texto.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Minério é oportunidade no Gabão, diz embaixador

Comissão de Relações Exteriores aprovou os indicados para embaixadas no país africano, na Bélgica e na República Tcheca, que mapearam as áreas de interesse bilateral

EMPRESAS BRASILEIRAS PODERÃO participar da exploração das minas de Belinga, no Gabão, onde se encontram as maiores reservas inexploradas de minério de ferro do mundo. A oportunidade foi anunciada pelo embaixador designado para aquele país, Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, cuja indicação foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na qual também foram aprovadas as indicações dos novos embaixadores do Brasil na Bélgica e na República Tcheca. As três mensagens presidenciais serão agora submetidas ao Plenário.

Para a exploração das jazidas de Belinga, será necessária a construção de uma usina hidrelétrica, de uma ferrovia até as minas, próximas à fronteira com o Congo, e de um porto para a futura exportação do minério. A Vale chegou a se instalar no Gabão, mas deixou o país em 2007. Empresas chinesas chegaram à região, mas o governo gabonês retomou as minas que poderão vir a ser operadas por empresas brasileiras, segundo o embaixador.

— Se conseguirmos fazer com que as minas de Belinga sejam confiadas ao Brasil, as perspectivas para empresas nacionais, na montagem desse complexo, são enormes. O Gabão tem uma expectativa muito grande em relação ao Brasil. Se eu fosse sugerir que país seria prioridade de nossa nova atuação na África, esse país seria o Gabão, que está à espera de um passo brasileiro em sua direção. É um fruto maduro a ser colhido — disse Acquarone.

Esse país, que tem o maior produto



Aloysio (2º à esq.) preside sabatina dos novos embaixadores: Guerreiro para a Bélgica, Cambraia para a República Tcheca e Acquarone para o Gabão

interno bruto (PIB) per capita da África, crescimento médio de 4,2% nos últimos quatro anos e inflação de 3%, tem, porém, uma representação muito modesta do Brasil. Segundo relato lido pelo presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a embaixada brasileira em Libreville conta com a presença apenas do embaixador, que não tem ajuda de outro diplomata.

## Outras embaixadas

Também aprovado pela comissão, o embaixador designado para a Bélgica, Antonio José Vallim Guerreiro, informou que o rei Filipe, que é membro do Comitê Olímpico Internacional (COI), estará no Rio de Janeiro para a abertura dos Jogos Olímpicos deste ano. Em resposta a Lasier Martins (PDT-RS), que manifestou preocupação de que se repitam no Rio atos terroristas como os que ocorreram na Bélgica em março

deste ano, o embaixador recordou que a Bélgica é o país da Europa Ocidental que mais gente mandou para a guerra na Síria em relação à população, enquanto no Brasil são raros os atentados terroristas.

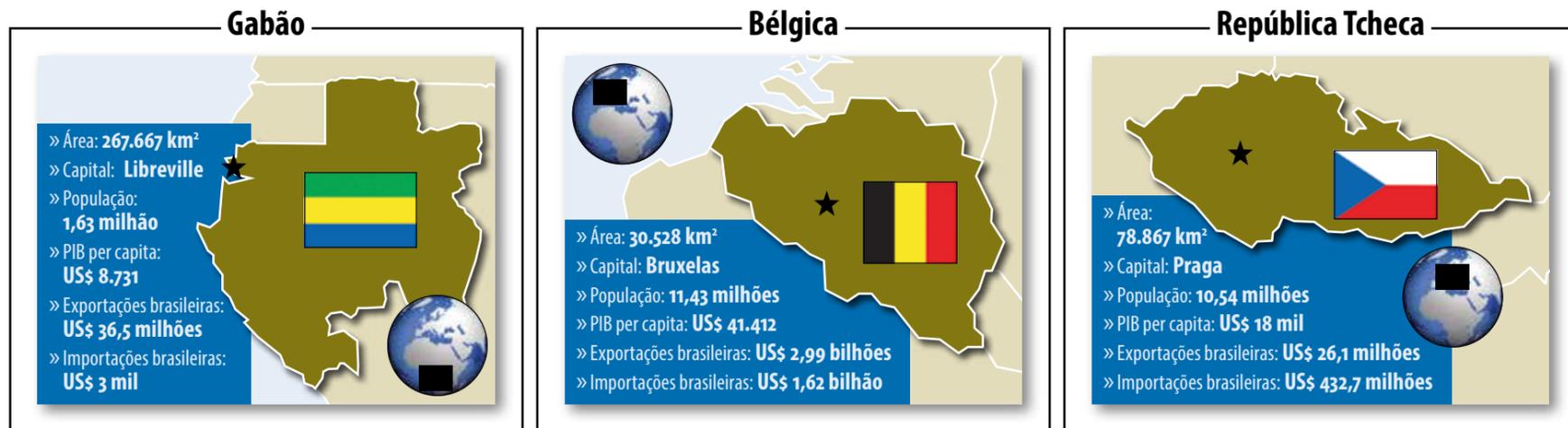
Na exposição, Guerreiro informou que a Bélgica é o segundo país do mundo com maior estoque de investimentos estrangeiros no Brasil, no total de US\$ 63 bilhões, atrás apenas dos Estados Unidos.

O embaixador designado para a República Tcheca, Márcio Florêncio Nunes Cambraia, definiu a cooperação militar entre os dois países como um “campo importante e promissor”. Depois da assinatura de um acordo nesse sentido em 2010, a Embraer e empresas tchecas de aviação estão cooperando na construção do avião cargueiro KC-390, apresentado neste ano pela Força Aérea Brasileira.

— Para o Brasil, a aproximação na área de defesa tem a vantagem de que a República Tcheca não tem pretensões de projeção internacional mais ampla e, portanto, não exige contrapartida política — ressaltou Cambraia.

Durante o debate, Cristovam Buarque (PPS-DF) sugeriu que o governo brasileiro dê maior importância à cooperação em cultura e educação com o Gabão, para que o Brasil “seja exportador de engenharia social”. Hélio José (PMDB-DF) pediu que o país procure aprofundar o intercâmbio com a Bélgica e a República Tcheca no desenvolvimento de energias alternativas. Edison Lobão (PMDB-MA), por sua vez, recordou que o ex-presidente Lula sempre procurou dar prioridade, no governo dele, às relações com o continente africano.

A reunião foi presidida por Aloysio e por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

## Conselho programa seminário sobre comunicação pública

O Conselho de Comunicação Social do Senado define na segunda-feira, a partir das 14h, os participantes de seminário sobre comunicação pública que deverá ocorrer em agosto. O conselho também analisará relatórios dos integrantes sobre dois projetos de lei.

No último encontro, o conselho decidiu promover um amplo debate sobre o estado da comunicação pública no Brasil. A motivação inicial foi a situação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), vista como preocupante por alguns conselheiros. A proposta final foi de um seminário para discutir a comunicação pública como um todo. O conselho escolherá os participantes a serem convidados na reunião desta segunda-feira.

Além dessa definição, o conselho receberá dois relatórios sobre projetos de lei. Um deles é o PLS 730/2015, de Otto Alencar (PSD-BA).

### Projetos

Já aprovado e encaminhado à Câmara dos Deputados, ele dispõe sobre a investigação de crimes na internet e abre a possibilidade de identificação de um usuário sem prévia ordem judicial. O projeto é visto com preocupação por alguns conselheiros. A comissão responsável pela análise e pelo relatório é composta pelos membros: José Francisco de Araújo Lima, Nascimento Silva, Sydney Sanches e Ronaldo Lemos.

Outro relatório a ser apresentado é o relativo ao PL 4.451/2008, em

tramitação na Câmara. Ele altera as regras para a concessão de serviços de rádio e TV, dando mais peso à proposta técnica do que à financeira. Esse projeto já foi rejeitado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e atualmente está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa. Os conselheiros da comissão de relatoria são Walter Ceneviva, Nascimento Silva e Fernando Cesar Mesquita.

Um último item na pauta do conselho é a apresentação de um relatório sobre os impactos da crise econômica no setor de comunicação social. A comissão montada para esse tema é composta pelos conselheiros Marcelo Rech, Nascimento Silva, Marcelo Cordeiro e Fernando Cesar Mesquita.

## Lindbergh: acordos bilaterais põem em risco relação com Mercosul

Lindbergh Farias (PT-RJ) alertou para os riscos que o Brasil corre ao fechar acordos bilaterais de livre comércio de forma independente, sem os países do Mercosul.



Ele lembrou que as nações do bloco são destino de manufaturas nacionais e se o pacto for quebrado pelo Brasil, outros países do Mercosul poderão fazer o mesmo, prejudicando exportações brasileiras. No primeiro discurso como líder da Minoria, denunciou cortes promovidos pelo governo Temer na área social, como o Bolsa Família.



Entre Simone Horta (MEC) e Carlos Nunes (OAB), Ana Amélia conduz debate que interessa a 12 milhões de pessoas

## Grupo fará sugestões a texto que cria lei dos concursos

Objetivo da senadora Ana Amélia é reunir parlamentares e especialistas para aperfeiçoar os projetos que tornam mais transparentes as seleções ao serviço público. Tema foi debatido na Comissão de Educação

A COMISSÃO DE Educação (CE) deve criar um grupo de trabalho para contribuir com uma proposta de Lei Geral dos Concursos. A decisão foi tomada como resultado de debate realizado ontem pelo colegiado sobre medidas para garantir mais transparência e impessoalidade às seleções.

Pelo menos 12 milhões de pessoas se preparam ano a ano para disputar uma vaga no serviço público, atraídas por bons salários e estabilidade.

O grupo de trabalho deverá ter senadores, deputados, especialistas no tema e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras entidades. O ponto de partida são propostas sobre o tema que estão na Câmara dos Deputados, tramitando em conjunto. A mais abrangente é o PLS 74/2010, do ex-senador Marconi Perillo, hoje governador de Goiás.

O texto de Perillo trata dos concursos para cargos e empregos públicos da administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios. Entre os principais pontos, está a proibição de concurso para formação de cadastro de reserva ou com número de vagas inferior a 5% dos postos existentes no cargo, considerada “oferta simbólica”.

Para o professor Edgar Abreu, de um curso preparatório para concursos, o grande problema está nos certames das prefeituras. Segundo ele, nos municípios ocorrem mais de 90% das anulações, muitas vezes por causa de fraudes.

Mesmo havendo licitação, disse, as bancas mais conceituadas não se interessam por organizar concursos de pequenas prefeituras. Os contratos são feitos com pequenas empresas, que não passam por fiscalização.

— O resultado é muito apadrinhamento e propinas [para agentes públicos e fiscais], o que acontece com frequência, segundo as notícias que surgem na mídia — disse.

Abreu acredita que uma das soluções é regulamentar as atividades das bancas organizadoras, que precisariam atender a padrões mínimos. Ele defendeu a participação estatal direta na organização dos concursos de menor porte. Também sugeriu que as atividades fiquem sob a responsabilidade de instituições especializadas, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia do Ministério da Educação que organiza as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), usado como seleção de acesso às universidades federais e outras instituições públicas de ensino.

— Para o Inep, organizar o concurso da prefeitura de um pequeno município não é um grande negócio, mas temos que olhar a questão social e os ganhos de trazer mais credibilidade ao processo — disse.

### Avanços

O presidente da Comissão de Estágio e Exame da Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás (OAB-GO), Carlos André Nunes, disse que a ideia de uma lei única para regular os concursos no país pode não ser factível, já que União e estados possuem competência concorrente para tratar do assunto. No entanto, ele defendeu a aprovação de uma lei geral que sirva de referência para as legislações a serem criadas pelos estados.

Nunes considera bom o PLS 74/2010. Autor de estudos sobre regulamentação de concursos, o advogado elogiou a regra que obriga um período mínimo de 90 dias entre o lançamento do edital e a aplicação das provas, o que permitirá ao

candidato tempo para se organizar e estudar. Mas criticou a retirada, pela Câmara, do prazo máximo entre o edital e a data da prova, que era de 120 dias.

Ele aprovou a iniciativa dos deputados de incluir no texto regras aplicáveis aos candidatos com deficiência, para garantir isonomia. Para Nunes, uma pessoa com deficiência visual grave não pode ser avaliada, por exemplo, com questões ilustrativas, a menos que conte com auxílio necessário para compreensão das figuras.

Ele sugeriu que o projeto contenha a obrigação de constituir junta médica para avaliar com antecedência as necessidades específicas de cada candidato. E defendeu regras específicas sobre cotas para negros, em harmonia com dispositivos do Estatuto da Igualdade Racial.

### Ministério

Autora do requerimento para a audiência, Ana Amélia (PP-RS), que conduziu o debate, também se encarregará de propor formalmente à CE a criação do grupo misto de trabalho. A senadora disse que os problemas nos concursos de prefeituras devem merecer atenção especial.

— Essa questão me parece ser das mais sensíveis e deve ser tocada com urgência. A gente vê todo dia nos jornais notícias sobre concursos suspensos por irregularidades — disse.

A diretora de políticas regulatórias do Ministério da Educação, Simone Horta, se comprometeu a levar as considerações ao conhecimento de áreas da pasta mais relacionadas ao tema.

Regina Souza (PT-PI) questionou a falta de pertinência entre assuntos cobrados em provas de concurso e o tipo de trabalho a ser realizado pelos aprovados quando nomeados para o cargo na administração pública a que concorreu.



João de Araújo/Agência Senado

Alado de senadores e deputados, o presidente do Senado, Renan Calheiros, foi recebido ontem pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes (à dir., cumprimentando Renan). Após o encontro, Renan defendeu a necessidade de o Congresso Nacional mudar as leis eleitorais: “A sociedade não aguenta mais que o Legislativo não entregue mudanças nas regras do jogo eleitoral”. Ele disse que a “pauta mínima” da reforma política inclui a criação de uma cláusula de barreira e o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais. Segundo o presidente do Senado, a reforma política foi discutida na reunião com Gilmar. Renan lembrou que o Senado já aprovou projetos que mudam as regras para eleições, mas eles acabaram ficando parados na Câmara dos Deputados.

## Ataques a auditores fiscais do trabalho e policiais rodoviários serão debatidos

A violência praticada contra auditores fiscais do trabalho, policiais rodoviários federais e um procurador do trabalho em 18 de maio motivou o pedido para audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), que será realizada na segunda-feira. A equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) foi recebida a tiros quando fazia uma operação de combate ao trabalho escravo em São Félix do Xingu (PA).

O requerimento para a audiência foi do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS). O senador lembrou também o assassinato de quatro auditores fiscais do trabalho em Unai (MG), no Entorno do Distrito Federal, em 2004.

— O objetivo do debate é buscar formas de garantir a

segurança total desses profissionais que dão suas vidas em defesa das nossas — afirmou.

Estão convidados para o debate, entre outros, o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Silva; o auditor fiscal do trabalho e coordenador do GEFM, José Weyne Marcelino; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo da Costa; o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Luís Boudens; o presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Carlos Sobral; e o diretor jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, Jesus Caamaño.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Reguffe: povo deve opinar sobre reforma política

As revelações que vieram à tona com a Operação Lava Jato exigem do país uma profunda discussão sobre o sistema político, afirmou Reguffe (sem partido-DF). O senador cobrou apoio às investigações e pediu punição aos envolvidos em desvio de dinheiro público.

Entre as reformas defendidas por ele, estão a limitação às reeleições, o voto distrital, o fim do voto obrigatório e o acesso a tribunais superiores por concurso público. Para Reguffe, a palavra final sobre as mudanças deve ser da população, em plebiscito.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Telmário protesta contra violência em área rural

Roraima “finalmente” começa a investigar a violência no cumprimento de mandado de reintegração de posse na ocupação Morada dos Anjos, da gleba Cauamé, na área rural dos municípios de Boa Vista e Alto Alegre, comemorou Telmário Mota (PDT-RR).

Segundo o senador, trabalhadores que vivem na ocupação são vítimas de abordagem violenta da guarda civil e de fiscais da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional. Uma morte e ferimentos graves em cinco pessoas já foram registrados.



Waldemir Barreto/Agência Senado